

## REMOÇÃO E REASSENTAMENTO DE POPULAÇÃO EM OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE INFRA ESTRUTURA DE SANEAMENTO EM FAVELAS

### **Paula Dias Pini<sup>(1)</sup>**

Economista pelo “Institut d’Estudes Économiques et Sociales”, Universidade de Paris I – Sorbome. Exerce a Coordenação Técnica do Gerenciamento do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga. Economista da COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos, a partir de 1992.



### **Alceu Guérios Bittencourt**

Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná e Curso de Especialização em Administração de Empresas para Graduados da Fundação Getúlio Vargas. Diretor da COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos, a partir de 1989; atualmente é Coordenador Geral da Equipe de Gerenciamento do Programa Guarapiranga.

### **Carlos Alberto Amaral de Oliveira Pereira**

Engenheiro Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; Diretor Técnico da COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos, a partir de 1992; atualmente é Responsável Técnico dos Programas de Gestão de Recursos Hídricos, Saneamento e Meio Ambiente desenvolvidos pela empresa.

### **Luiz Henrique Werneck de Oliveira**

Engenheiro Sanitarista pela Escola de Engenharia Mauá e Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Mestre em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; Doutorado em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; Engenheiro da COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos a partir de 1992; atualmente alocado junto ao Programa Guarapiranga, no qual coordena assuntos técnicos relacionados a qualidade da água e resíduos sólidos.

**Endereço<sup>(1)</sup>:** Rua dos Pinheiros, 1405 - 1º andar - Pinheiros - São Paulo - SP - CEP: 05422-012 - Brasil - Tel: (011) 813-2111 - Fax: (011) 813-2111 - e-mail: [cobrape@dialdata.com.br](mailto:cobrape@dialdata.com.br).

## **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo discutir as principais questões relacionadas com a remoção e reassentamento involuntário de população decorrente de obras de implantação de sistemas de saneamento em áreas urbanas com ocupação densa, desordenada e de baixa renda, características presentes nas favelas da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP.

**PALAVRAS-CHAVE:** Urbanização de Favelas, Remoção de População, Bacia do Guarapiranga, Programas de Saneamento Ambiental.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a questão da remoção e reassentamento de população em obras de implantação de infra-estrutura de saneamento em favelas, tomando por base programas do setor público em execução, enfocando, especialmente o Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga, localizada na Região Metropolitana de São Paulo. Este Programa contempla uma ampla intervenção em recuperação urbana centrada em urbanização de favelas. O item 1 destaca a relevância do tema para os programas de saneamento em áreas de baixa renda, o item seguinte resume informações sobre o crescimento e perfil socio-econômico das favelas no município de São Paulo. O terceiro item aponta a concentração de favelas na bacia do Guarapiranga e descreve as características destes núcleos. O quarto item apresenta uma síntese do reassentamento no Programa Guarapiranga para referenciar os comentários contidos nos itens 5 a 7.

### **Reassentamento de População em Programas de Saneamento em Áreas de Favelas**

A transferência obrigatória de população é um tema que, cada vez mais, ganha destaque pela priorização dada pelas agências de saneamento aos programas de ampliação do atendimento sanitário às áreas de expansão e de ocupação de baixa renda da RMSP. Esta questão é tratada ainda com mais relevância quando agências internacionais de financiamento estão envolvidas, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os cuidados com os resultados dos reassentamentos involuntários sobre as condições de vida das famílias afetadas é uma questão que permeia todas as etapas dos programas: concepção, elaboração, negociação do financiamento e implementação.

Esses cuidados se traduzem na adoção de critérios e diretrizes, elaboração de um plano de reassentamento detalhado, monitoramento das ações, viabilização de equipes para realização do trabalho social e verificação constante da metodologia aplicada com os especialistas das agências internacionais, quando estas estão financiando a intervenção. Neste caso, esses procedimentos e os resultados esperados compõem a lista de acordos contratuais que são criteriosamente acompanhados, e, podem constituir até mesmo elementos de cancelamento de contrato.

O controle sobre as conseqüências destas transferências involuntárias, bem como o acompanhamento de todo o processo também é exercido pelas organizações da sociedade civil, preexistentes ou potencializadas pela própria intervenção do setor público, que demanda interlocutores representativos e com liderança para poder atuar nestas áreas.

As questões relativas a remoção e reassentamento de população destacadas neste trabalho ilustram os diversos aspectos a serem tratados sobre o tema, tendo por intenção evidenciar a complexidade do assunto, e ressaltando que este tema não se restringe somente à área da sociologia ou do serviço social. O equacionamento das remoções e reassentamentos depende de um conjunto amplo de fatores, que abrangem alternativas de concepção dos projetos de engenharia, procedimentos quanto à programação e implementação das obras, custos, e, em

geral, um arranjo institucional que torna a operacionalização das ações mais complexa e de difícil consecução.

A tentativa de elencar as principais questões que envolvem as remoções e reassentamentos em obras de saneamento em favelas também tem por objetivo, além de alertar para a dimensão do tema, contribuir para orientar o tratamento da questão no âmbito dos programas de investimentos para implantação de infra-estrutura urbana em áreas de ocupação densa e desordenada que caracterizam os bairros de população de baixa renda.

A atuação nesta área, pelo menos de forma mais conseqüente em relação aos resultados sobre as condições de vida das famílias afetadas, é uma preocupação recente incorporada aos programas de investimentos em infra-estrutura do setor público, e que ainda não consolidou procedimentos nem conta com estruturas do setor governamental para se apoiar.

As considerações contidas neste trabalho se baseiam em diversos projetos em desenvolvimento no Brasil e em outros países da América Latina que provocam reassentamento involuntário de população. Entre estes destacam-se, (entre parênteses consta o número de remoções): Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba (1500 famílias), de Belo Horizonte (2087 famílias) e da Bacia do Guarapiranga (3700 famílias), Projeto Reconstrução Rio (3700 famílias), Hidroelétrica de Yacyretá (2500 famílias), Programa de Transportes Urbanos Integrados em Recife e também em Belo Horizonte (728 famílias), Projeto do Setor Viário do Paraguai (37 famílias), Programa de Ampliação dos Sistemas de Água e Esgotos de Bogotá/Colômbia (65 famílias), Programa de Desenvolvimento Urbano de Ipatinga/Minas Gerais (750 famílias).

Em geral, tratam-se de projetos do setor hidroelétrico, macro-drenagem e também de saneamento com interferências com a população, porém prescindem de ações que vão além de seus objetivos específicos. Ou seja, a construção de uma barragem para a geração de energia ou a implantação de coletores e interceptores para sistemas de esgotos, implica na remoção da população que está na faixa de terreno destinada à implantação do projeto.

Quando se trata de implantação de infra-estrutura de saneamento em áreas urbanas densas, desordenadas e com população de baixa renda, a intervenção, dentro das perspectivas adotadas atualmente, implica também na implantação de infra-estrutura urbana que condicionam a instalação e operação do sistema de saneamento. Essa atuação mais determinante sobre as características das áreas acarretam maiores impactos sobre a população e com possibilidades de equacionamentos diferentes da outra forma de intervenção.

Projetos dessa natureza são de menor número e o município de São Paulo concentra a maior parte. Isso não significa uma experiência de pequeno porte. A atuação em urbanização de favelas somente do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga, coordenado pela Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras e executado por órgãos estaduais e prefeituras envolve investimentos já contratados da ordem de US\$ 80 milhões, e o atendimento aos reassentamentos necessários cerca de US\$ 50 milhões. A intervenção se estende à 180 núcleos de favelas com cerca de 22.000 famílias, e as remoções necessárias atingem 3.700 famílias.

A urbanização de favelas e os conseqüentes reassentamentos de população, dentro da concepção de recuperação urbana, adotada pelo Programa Guarapiranga se tornou referência para a atuação do setor público em áreas urbanas em outros estados brasileiros e outros países,

na maioria das vezes divulgado pelo Banco Mundial que financia este projeto e tem por objetivo aumentar o número de intervenções urbanas dessa natureza nos demais países onde atua.

Retomando a afirmação dita anteriormente, este trabalho se baseia na experiência de um conjunto de projetos que geram reassentamento de população, porém dá destaque a este processo no Programa Guarapiranga, pelas circunstâncias descritas acima.

## **O Crescimento dos Núcleos de Favelas no Município de São Paulo**

A população moradora em núcleos de favelas, na cidade de São Paulo, alcança quase 2 milhões de pessoas, segundo os dados obtidos pela pesquisa realizada em 1993, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas FIPE, para a Superintendência de Habitação Popular (HABI) da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHAB) da Prefeitura de São Paulo, com o objetivo de atualizar o Censo de Favelas realizado em 1987. Entre as conclusões principais desse trabalho, se destaca a constatação de que a população moradora em favelas tem crescido a taxas constantes nas últimas três décadas, enquanto as taxas de crescimento da população total na cidade são decrescentes.

Em média, no período de 1973 a 1980, para cada 100 novos habitantes no município de São Paulo, registraram-se 15 novos favelados. No período de 1980 a 1987 para cada 100 novos habitantes na cidade, registraram-se 67 novos favelados. Finalmente, esse número cresceu para a dramática relação de 185 novos favelados para cada 100 novos habitantes em São Paulo, no período de 1987 a 1993. Portanto, não é o crescimento da cidade que explica o crescimento da população favelada.

A pesquisa FIPE também aponta a consolidação dos núcleos favelados, em geral pelo auto-investimento dos moradores, com o aumento do número de moradias em alvenaria e com maior número de habitações. A favela deixou de ter um caráter transitório associado à idéia de “imigrantes a espera de um lote” para ter um caráter mais definitivo de aglomerado com raízes no tecido urbano: em 1980, apenas 2,4% das moradias era em alvenaria, já em 1987 o percentual sobe para 50,5% e em 1983 atinge 74,2%.

Também contribui para a consolidação dos núcleos o maior acesso a serviços de infra-estrutura pública: cerca de 80% das moradias têm ligação elétrica regular e 65% estão ligadas à rede pública de água. O ponto crítico em relação à infra-estrutura básica aparece nos 77% dos domicílios com destino dos esgotos ao ar livre e/ou canalizados diretamente para o córrego mais próximo ou represa.

Quanto à propriedade do solo, em 1973, cerca de 1,1% da população do município morava em áreas invadidas, segundo levantamentos realizados pela Secretaria do Bem Estar Social. Em 1987, esse número subiu para 7,7% e hoje está próximo dos 20%. No que se refere às propriedades invadidas ou favelas, em 1987 a situação era a seguinte: 70% da população favelada estava em áreas de uso comum (dominiais do estado ou do município); 20% em áreas particulares e; 10% em áreas mistas (particulares e de uso comum).

As favelas de São Paulo abrigavam em 1993, 378.863 domicílios, ou seja, mais do que o dobro de seis anos antes (150.452 habitações em 1987). A razão de crescimento entre o Censo de 1987 e o levantamento FIPE foi de 2,52. A esse total de moradias corresponde uma

população de 1.901.892 pessoas ou, aproximadamente, 19% da população paulistana recenseada pela FIBGE em 1991. Cada domicílio abriga em média, 5,02 pessoas.

Segundo as pesquisas, 49,9% das famílias declararam ter chegado à favela no período 1987/1993. As razões que explicam esse substancial aumento de favelas são diversas. Em primeiro lugar, aparece a dificuldade de pagamento de aluguéis (38,7% moravam em casas alugadas). Também é significativo o percentual de famílias que já tiveram casa própria (8,8%).

Os chefes de famílias das favelas de São Paulo são, em sua grande maioria, naturais de outros Estados da Federação, notadamente da região nordeste (60,8%). Os nascidos em São Paulo chegam a 18%. Dentre os chefes de família, cerca de 70% têm uma ocupação, ainda que 24% sem o devido registro em carteira. Aproximadamente 6% são aposentados.

Os desempregados correspondiam a 8,5% do total de moradores e, 15,6% da população favelada economicamente ativa. O perfil da renda das famílias moradoras em favelas vem sofrendo alterações. O percentual de famílias com rendimentos de até dois salários mínimos tem decrescido e aumentado o contingente dos grupos familiares que auferem 5 ou mais salários mínimos. Famílias nesta faixa de renda inexistiam nas favelas em 1980 e constituem, em 1987, 24,1% do total, passando a 34,6% em 1993.

A família moradora em favela é predominantemente nuclear (75%), constituída apenas pelo casal com ou sem filhos. 61% dos casais têm até dois filhos e, desses, a maioria tem apenas um (34%). As famílias extensas correspondem a 22% do total. A população de favela, predominantemente migrante, passa, em geral, por outras cidades antes de chegar ao Município de São Paulo e dificuldades econômicas determinaram essa opção de moradia. Seus filhos, já paulistanos, continuam morando na favela, demonstrando que outras alternativas de moradia são dificilmente alcançadas.

Os núcleos de favelas se concentram nas regiões sul e norte do município de São Paulo. A maior concentração de domicílios ocorre nas regiões mais periféricas, onde são maiores os vazios urbanos e menores as possibilidades de expulsão ou de ações de reintegração de posse. A organização coletiva e a participação política não aparecem para a maioria dos moradores de favela, como uma alternativa para das condições de vida. Em geral, os problemas são enfrentado com soluções individuais. A alternativa de sair da favela é uma possibilidade contemplada pelos moradores: voltar para o Estado de origem, morar em outro bairro ou em casas melhores. Porém, a grande maioria, investe suas economias e suas horas de trabalho disponíveis na melhoria das moradias.

Do ângulo dos moradores e também do setor público, que destina cada vez mais recursos para dotar os núcleos de favelas de infra-estrutura, essas áreas deixaram de ter um caráter transitório associado à idéia de “imigrantes a espera de um lote” para ter um caráter mais definitivo de aglomerado com raízes no tecido urbano, pelas dimensões, características construtivas das moradias e localização. : em 1980, apenas 2,4% das moradias era em alvenaria, já em 1987 o percentual sobe para 50,5% e em 1983 atinge 74,2%.

### **A Concentração de Favelas na Bacia do Guarapiranga**



A bacia do Guarapiranga devido às condições peculiares de sua inserção na dinâmica urbana da RMSP, dada sua localização e características próprias do processo de ocupação do solo concentra um grande número de favelas. Nos quatro municípios principais, foram identificados 240 núcleos, sendo que 80% estão localizados no município de São Paulo, e as demais entre Embu, Itapeperica da Serra e Embu-Guaçu. São cerca de 23 mil famílias, ou em torno de 100 mil pessoas, em favelas, o que corresponde a 18% da população total da bacia.

O reservatório do Guarapiranga está situado na porção do município de São Paulo abrangida pela bacia, e as favelas concentradas nessa região estão localizadas, em geral, nos fundos de vale ocupando as encostas e margens dos córregos que alimentam o reservatório. Simulações feitas com base nos estudos que correlacionam o uso do solo e a qualidade da água indicam que o conjunto de núcleos de favelas na bacia é responsável por cerca de 12% da carga poluidora afluente ao reservatório.

As favelas da bacia se caracterizam pela ocupação de encostas de altas declividades, se estendendo pela planície aluvionar. Todas apresentam deficiências no sistema de drenagem das encostas, com riscos de instabilidade, escorregamento, carregamento de solo superficial e lixo através dos taludes íngremes, comprometendo os córregos existentes na base das encostas e a sub-bacia onde estão inseridos. As inundações são periódicas e atingem parte das moradias. O esgotamento sanitário é feito à céu aberto e lançado diretamente nos córregos. A densidade habitacional é alta e as condições de acesso precárias.

A intervenção em urbanização destas áreas contempla: a implantação de um sistema viário, de drenagem, de água e esgoto, contenção geotécnica, equacionamento da coleta de lixo, equipamentos comunitários e canalização do córrego. O esgotamento sanitário deve atender à todas as moradias.

### **Síntese do Reassentamento de População no Programa Guarapiranga**

- ? Total de famílias: Está previsto o reassentamento de 3.700 famílias, dentre as cerca de 22.000 que deverão ser atendidas com obras de urbanização de favelas. Já foram realizados 300 reassentamentos de famílias moradoras em favelas onde a Prefeitura de São Paulo está executando obras.
- ? Local do reassentamento: As famílias foram reassentadas em conjuntos habitacionais construídos pela Cia. de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU. Os conjuntos são: Feição da Vila, localizado na estrada de Itapeperica da Serra, município de São Paulo, e São Luiz, localizado próximo ao Cemitério São Luiz e nas imediações do Centro Empresarial.
- ? Localização da área de reassentamento: Conforme diretrizes de projeto, a localização das unidades habitacionais de reassentamento é próximo da área de origem. A alternativa adotada é mais favorável do que o local de origem, ambos na região sul, porém o local de reassentamento é mais próximo dos centros de oferta de emprego e bem servido de infraestrutura urbana, incluindo transporte.

- ? Forma de aquisição das unidades habitacionais: O acesso à nova moradia segue as regras da Política de Financiamento da CDHU, que contempla um subsídio direto para a população com renda até dez salários mínimos. O subsídio é decrescente segundo a renda e ao longo dos 25 anos de financiamento. O valor da prestação mensal é de cerca de 30% da renda familiar e a venda do imóvel não é permitida durante o período de financiamento.
- ? Arranjo Institucional para o Atendimento Habitacional: Para o Programa Guarapiranga o Estado, através da CDHU, acordou a oferta de três mil unidades habitacionais para atendimento das remoções provenientes das obras de urbanização feitas nos quatro municípios da bacia; São Paulo, Embu, Itapeverica da Serra e Embu-Guaçu. A PMSP complementa essa oferta com a disponibilização de 500 unidades habitacionais.
- ? Orçamento para o Reassentamento: O Estado, através da CDHU investe cerca de US\$ 30 milhões de recursos próprios (sem contrapartida do financiamento externo), e a PMSP cerca de US\$ 10 milhões (na mesma modalidade).
- ? Complementação dos Recursos para o Reassentamento: a PMSP está investindo, com recursos próprios, na construção de 900 unidades habitacionais nas áreas das favelas com obras já iniciadas ou sendo iniciadas, para reordenar a ocupação atendendo exclusivamente às famílias já moradoras na área.
- ? Alterações do escopo original do reassentamento: A principal alteração concerne a construção de unidades nas favelas, o que permitiu agilizar o cronograma de oferta de unidades e também compatibilizá-lo com as obras de urbanização.
- ? Principais dificuldades para realização dos reassentamentos: 1) o envolvimento de órgãos do estado e do municípios dificultaram os acertos de cronograma e a operacionalização das ações, devido principalmente às diferenças de calendário de administração do estado e do município; 2) o sistema de financiamento habitacional tanto da CDHU como da PMSP não foram preparados para o atendimento à população com o perfil das removidas de favelas; 3) as obras de urbanização de favelas geram remoções não previstas, pela necessidade de adequação do projeto durante a obra e devido à precariedade construtiva das moradias na favela, o que o provoca perdas não previstas de moradias; 4) dificuldades de adesão da população devido à atrasos significativos de cronograma, trazendo descrédito quanto à atuação do setor público.

### **Os Fatores que acarretam a Remoção de População em Obras de Urbanização de Favelas**

A remoção de população resulta da necessidade de criação de espaço para a implantação de infra-estrutura sanitária, viabilizada pela obra de urbanização da favela. O número de moradias afetadas pela obra varia, em grande medida, segundo o grau de intervenção na área. As intervenções que promovem alterações significativas no padrão de ocupação, proporcionando a criação de um sistema viário que possibilite o acesso próprio para cada moradia, a implantação de um sistema de esgotamento que garanta condições adequadas de operação e manutenção, a

solução definitiva dos problemas de risco e de drenagem, a proteção eficiente do córrego geram, inevitavelmente, um grande número de remoções.

Os programas que contemplam projetos que geram remoções buscam, sem exceção, reduzir o número de moradias afetadas para minimizar o problema social que estas transferências acarretam para a população a ser transferida e, também, porque equacionar a oferta de novas moradias em geral não é uma equação de fácil resolução. A possibilidade de equacionamento do reassentamento da população afetada pela obra se transforma em um determinante do grau de intervenção a ser adotado, ou impõe que a alternativas de atendimento habitacional seja incorporado à própria obra.

As soluções técnicas adotadas no projeto interferem, portanto, na quantidade de população afetada pela obra. Porém, estas não são os únicos fatores determinantes. Outros condicionantes importantes são a densidade habitacional e o padrão construtivo das habitações. Também geram alterações fatores como o tempo decorrido entre a elaboração do projeto e a realização da obra, as condições socio-econômicas da população e o seu grau de organização, a capacidade da instituição responsável pela obra lidar com a população através de sua equipe social, as alternativas de reassentamento a disposição, a capacidade de controle sobre todas estas variáveis, entre outros fatores.

Este conjunto de fatores já são suficientes para diferenciar as remoções geradas por obras de urbanização de favelas das provocadas por outras obras de infra-estrutura, como hidroelétricas, canalização de rios grandes obras viárias, entre outras, onde as remoções estão circunscritas à faixa de interferência com a obra. Na urbanização de favelas, as remoções ocorrem de forma dispersa em vários pontos da favela, seja pela canalização do córrego, a abertura do sistema viário principal ou de vielas de acesso, a contenção de uma situação de risco, etc. Ademais, as soluções técnicas da intervenção adotada podem permitir uma maior adequação dos impactos do projeto em relação a disponibilidade e alternativas de oferta de unidades habitacionais para a população afetada.

### **Arranjos Possíveis para Viabilizar Socialmente as Remoções**

Uma alternativa para equacionar as remoções, minimizando o seu aspecto compulsório se torna possível através da formula denominada “xadrez”. Isto se constitui na possibilidade de troca de moradia entre as famílias afetadas. De forma geral, a maioria das moradias afetadas pelas obras está situada no fundo do vale, nas margens dos córregos ou mesmo sobre os córregos, tratando-se das unidades habitacionais em piores condições, sujeitas a inundações e de pior qualidade construtiva. Os moradores dessas unidades, via de regra, não têm condições econômicas para alterar essas condições de vida.

As alternativas de oferta de unidades habitacionais para reassentamento, em geral, pressupõem o financiamento facilitado para a aquisição da nova moradia. Por maior que seja o subsídio, as parcelas mensais correspondem à, no mínimo, 30% da renda familiar mensal. Esse montante torna-se inviável para muitas famílias que devem ser removidas. Em contrapartida, outras famílias moradoras na favela desejam mudar para outro local que não seja favela e, se

candidatam a assumir o financiamento habitacional e ceder sua moradia para a família que compulsoriamente terá de ser removida.

Contribui para tornar esta troca se tornar viável, o fato de toda a favela estar recebendo infraestrutura e melhorias. Portanto, mesmo a população remanescente é favorecida. Estas condições também implicam na realização de um trabalho social de divulgação e esclarecimentos abrangendo toda a população da favela e não somente aqueles moradores que estão sendo diretamente afetados pela obra.

### **Demais Fatores**

O número de pessoas a ser removida e reassentada, assim como a forma em que esse processo se realiza, em obras de infra-estrutura sanitária em favelas, é resultado da interação de variáveis diversas associadas à um índice significativo de imprevisibilidade. Para ordenar a descrição, essas variáveis podem ser agrupadas tais como: as com origem na concepção da intervenção, as decorrentes das condições sócio-econômicas da população, as resultantes dos arranjos e particularidades institucionais dos órgãos envolvidos na intervenção, as resultantes das previsões orçamentárias e das condições efetivas de elaboração e consecução do planejamento previsto, as legais entre outras.

O conjunto de aspectos envolvidos com a concepção da intervenção influenciam diretamente no número de famílias a remover, pois determinam a profundidade da ação na área e, portanto, o grau de alteração no padrão de ocupação. Esse número também sofre alterações segundo as alternativas técnicas e tipos de equipamentos utilizados para a realização da obra, que provocam maiores ou menores impactos sobre as moradias, em geral de padrão sumamente precário. A demora na conclusão dos projetos e realização das obras é outro fator de imponderabilidade. Obras realizadas longo tempo após a conclusão dos projetos encontram condições de ocupação com alterações significativas, principalmente em relação à densidade dessa ocupação.

As variáveis que se agrupam na ordem das questões sócio-econômicas são as relativas à níveis de renda familiar, organização comunitária, credibilidade nas ações governamentais, e se estendem até à dificuldade muito freqüente de disponibilidade de documentação pessoal para atender às exigências de um financiamento habitacional.

No grupo dos aspectos referentes ao planejamento das ações, três questões devem ser destacadas: i. inexistência de uma política de reassentamento, seja ao nível municipal, estadual ou federal, que defina regras quanto às responsabilidades institucionais, direito dos afetados, financiamento habitacional, aquisição de terras, compensações, titulação, etc.; ii. Deficiências e/ou alterações nos projetos técnicos que impedem uma adequada preparação dos planos de reassentamento; insuficiente articulação na fase de elaboração dos projetos entre as áreas de engenharia e a social, visando a adoção das melhores alternativas sob o ângulo das remoções.

Dada estas condições, dificuldades se somam para o atendimento às diretrizes e recomendações das agências internacionais, que visam: reduzir as remoções ao máximo, mitigar os impactos negativos sobre a população afetada, envolver a participação da população afetada

na tomada de decisões quanto ao reassentamento e, compensação pelas perdas materiais, assistência e melhoria das condições de vida.

No rol dos aspectos institucionais, diversas questões devem ser tratadas com o mesmo grau de importância, entre estas, um arranjo institucionais geralmente demasiadamente complexo, envolvendo níveis administrativos municipais e estaduais, mudanças político-administrativas, equipe social e capacidade de gestão insuficientes, políticas habitacionais distintas entre os dois níveis da administração pública e, sobretudo, direcionadas para públicos diferentes do afetado pela remoção em favelas.

As questões orçamentarias se referem não somente à verba total disponível, destaque também deve ser dado à alocação ou sua disponibilização no projeto. Em geral, os custos do reassentamento, que atinge somas elevadas devido aos valores dos terrenos e da construção civil na RMS, integram a intervenção enquanto recursos próprios das instituições envolvidas com estas ações, sem a participação dos recursos do financiamento externo. Esse arranjo resulta em uma redução da capacidade do projeto de interferir na aplicação dos recursos, ocasionando atrasos em cronogramas de oferta de unidades habitacionais e a impossibilidade de controle desses cronogramas e da tipologia da unidade que está sendo ofertada.

**Figura 1: Unidade habitacional indicada para remoção.**



**Figura 2: Obras de canalização do córrego com interferência com as unidades habitacionais.**



**Figura 3: Unidade habitacional construída para reassentamento na favela pela Prefeitura de São Paulo.**



**Figura 4: Conjunto habitacional da CDHU para atendimento às remoções.**



## REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS

Não relacionadas pelo Autor.